

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
MINAS GERAIS

A
PROVA
9

DOCUMENTOS

SEGUNDA PARTE

LUMEN 

O TEMPO, O LUGAR, AS PESSOAS
2002

A PROVA 9

DOCUMENTOS

EXPEDIENTE

PROJETO EDITORIAL, PESQUISA, REDAÇÃO E ARTE FINAL

Flávio Flora

NORMALIZAÇÃO TÉCNICA

Sandra Guimarães

REVISÃO GRAMATICAL

Maria Ferreira da Silva

EDITORIAÇÃO

Câmara Municipal/DECOS

FOTOGRAFIA

Carlito Ribeiro

REVISÃO GERAL

Marli Carvalho

IMPRESSÃO/ACABAMENTO

Gráfica Express

MESA DIRETORA 2002

PRESIDENTE

Carlos Cônsoli

VICE-PRESIDENTE

Antônio Davi Filho

PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Milton Donizete da Silva

SEGUNDO-SECRETÁRIO

Sebastião Cândido Gomes



AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

- à gentileza da professora Maria Ferreira da Silva, por sua revisão gramatical e correção;
- à jornalista e socióloga Sandra Guimarães, pela normalização técnica e sugestões ao layout;
- à Marli Carvalho, pela colaboração no estudo e revisão das Efemérides Divinopolitanas;
- às colaboradoras anônimas do Arquivo Público Mineiro (BH), prestativas funcionárias que tornaram fácil e tranquilo o trabalho de pesquisa;
- aos anônimos funcionários do Arquivo Eclesiástico de Mariana, que nos facilitaram o estudo de documentos sobre a fundação de Divinópolis;
- aos dedicados e competentes funcionários Heraldo Alvim e Faber Clayton Barbosa, do Museu Histórico de Divinópolis;
- ao senhor José Messias Fernandes, do Instituto Histórico de Pitangui, que nos ajudou a pesquisar documentos jurídicos do século XVIII;
- ao fotógrafo Carlito e à colaboração de José Vander, na concretização do plano ilustrativo da revista;
- ao motorista Udison de Sousa, pela presteza e envolvimento com o projeto;
- à senhora Irene Alvina, pela gentileza de autorizar a publicação de algumas fotos de sua coleção.

SUMÁRIO

A ITAPECERICA DO RIO • 24
INDÍCIOS E VESTÍGIOS DOS CANDIDÉS • 31
TOMÁS TEIXEIRA • 38
JOÃO PIMENTA FERREIRA • 39
MANOEL FERNANDES TEIXEIRA • 40
NOTAS SUPLEMENTARES • 57

Veja textos sobre **CÂMARA, PLANO DIRETOR, SÍMBOLOS
MUNICIPAIS** na primeira parte desta revista

Veja textos sobre **EFEMÉRIDES MUNICIPAIS**
na terceira parte desta revista

A PROVA • DIVINÓPOLIS, MG • Nº 9 • ANO 88 • 23 MAIO 2002

MEMORIAL DAS EDIÇÕES ANTERIORES

A Prova vem sendo publicada pela Câmara Municipal de Divinópolis, em continuação ao projeto editorial de Braulino Gomes de Souza. Em sua fase inicial, 20 de dezembro de 1914 a 30 de janeiro de 1915, circulou em três edições.

A nova fase começou em 26 de maio de 1989, com **A Prova 4**, produzida em quatro volumes. Tratou-se, especialmente, de dar início à reconstrução da história da ‘Itapecerica’, no século XVIII, como resultado de pesquisa iniciada do jornalista Flávio Flora, através do Departamento de Comunicação Social da Câmara, e concluída com a edição de 1992: **A Prova 4d**.

A Prova 5 circulou em 28 de maio de 1993, com informações e dados sobre o município e suas principais comunidades rurais, destacando-se os vestígios da presença indígena e as edificações mais antigas.

A Prova 6 tratou das datas históricas e efemérides mais

importantes, e marcou a mudança da Câmara para sua nova sede, em 14 de dezembro de 1995.

A Prova 7, de 29 de maio de 1998, trouxe novos estudos sobre os candidés, os momentos iniciais de Divinópolis e Santo Antônio dos Campos, além de material relacionado aos símbolos municipais, bens tombados, rios e reinado, acrescido de indicações bibliográficas.

A Prova 8, de 26 maio de 2000 – edição comemorativa dos 500 anos de Brasil – apresentou algumas novidades da história antiga da região, um resumo da tese de doutorado da professora *Batistina Maria de Sousa Corgozinho*, sobre a importância da ferrovia no desenvolvimento de Divinópolis, além de textos antigos de *Pedro X Gontijo*, *Joaquim Lara*, *Reni Rabello*, *Sônia Elizabeth* e *Carlos Altivo*, falando sobre fatos, acontecimentos e personagens divinopolitanos.

Ajudando a formar cidadãos ativos

Os alunos das escolas municipais e estaduais estão aprendendo a ser cidadãos participantes, autônomos e conscientes de seus direitos e deveres na sociedade e no mundo político. Estão aprendendo a usar o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação e do Desporto (PCN) é o referencial que todo professor ou educador (como hoje é chamado) está seguindo. Fazer das matérias de História e Geografia um meio de conhecer e divulgar os fatos históricos mais marcantes da cidade ou do município, de perceber as principais características da cidade e do meio rural, a localidade dos lugares mais povoados no município, os dados físicos do território municipal, o grau de desenvolvimento econômico e social, e principalmente, os indígenas, que ocupam posição de destaque nos referenciais da República Federativa do Brasil para o estudo da nacionalidade.

A revista A Prova, em sua segunda fase, desde 1989, vem contribuindo com esses estudos escolares, oferecendo informações úteis para pesquisa de alunos. A revista, elaborada pelo jornalista Flávio Flora, já teve 8 edições sob patrocínio da Câmara e se constitui hoje na principal

fonte de estudos sobre Divinópolis, do ponto de vista curricular. Ostenta a dianteira das obras educativas e de formação civil, que alimentam com seu material o exercício da cidadania.

O Poder Público Municipal tem um papel preponderante na formação da juventude escolar, e, indiretamente, das suas famílias, devendo abrir suas portas para mostrar como funciona, o que faz, para que serve, que diferença tem em relação aos outros Poderes e como o cidadão pode participar dos trabalhos da vereança ou da administração pública. Os alunos estão sendo ensinados a questionar, a investigar e a criticar as nossas instituições, procurando forjar o seu próprio entendimento sobre elas, buscando sempre melhorá-las e defendê-las em nome do bem comum.

Como o vereador é a autoridade mais próxima do cidadão e da comunidade, ele passa a ser o porta-voz oficial das comunidades que compõem a cidade ou o meio rural – aquele que transforma em matéria de discussão legislativa e fiscalizatória os anseios, as reivindicações e as denúncias da população – buscando conquistar esses benefícios através de suas gestões pessoais, dos projetos, requerimentos e indicações, do trabalho de Comissões, das negociações e dos

acordos políticos transparentes e de interesse público. O vereador atua na base da democracia, que sai fortalecida quando todos entendem o trabalho parlamentar e participa dele com sinceridade, respeito e confiança.

Como se vê, os assuntos levados à Câmara dos Vereadores e os estudos indígenas constituem os principais contrarfortes da Educação Fundamental no Brasil, propiciando aos escolares (e seus familiares) as práticas e pesquisas indicadas pelos PCN. Hoje em dia, a escola está voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação a vida social, coletiva e ambiental. E por aí vão incorporando-se os temas transversais das matérias escolares básicas (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte, Educação Física e Língua Estrangeira). É a iniciação do aluno nos conceitos e princípios básicos do ser humano, na ética, na diversidade cultural, no meio ambiente, na saúde, na orientação sexual e naqueles outros assuntos importantes, urgentes e presentes, na vida cotidiana. Estudar suas origens, o lugar e o meio em que vive abre ao cidadão a perspectiva de ser uma pessoa honrada, envolvida com a comunidade e cumpridora da lei e da ordem social.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E CULTURA
Dorzinha,
Manoel Cordeiro
Vladimir Azevedo

A Prova 9, Documentos, é dedicada àqueles que buscam a verdade sobre a história de Divinópolis e ajudam a reconstruir sua memória.

A RECONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA CONTINUA

A presente edição d'A Prova é uma comemoração dos 90 anos de emancipação político-administrativa de Divinópolis. Traz de início a atualização de dados geográficos sobre o Município, destacando seus dois rios e alertando sobre a expectativa de vida do Itapecerica que, degradado como está, vai poluindo também o rio Pará. A propósito da atual tendência econômica local, observa que Confecções e Transportes são atividades básicas que nesta cidade sempre prosperaram.

Em seguida, são apresentadas informações essenciais sobre o Plano Diretor de Divinópolis (Lei Complementar 60/2000), com destaque seu histórico, as metas atingidas, o controle ambiental estabelecido e os Centros Regionais que se formaram na cidade

A galeria do Governo Municipal abre uma seção especial sobre a Câmara, reforçando o conceito de vereador como um porta-voz da sociedade e dos cidadãos ativos da sua comunidade de origem. É preciso saber que qualquer cidadão pode utilizar-se dos instrumentos e meios mais eficazes à sua disposição.

Encerrando a primeira parte, a revista apresenta um estudo objetivo sobre os símbolos municipais, oferecendo a interpretação oficial da Lei 4.244/97.

Como acontece em todas as suas edições, os temas históricos do século XVIII, relacionados a Divinópolis, têm ocupado espaço de destaque, tendo em vista que o conhecimento sobre sua fundação estava envolta em brumas e lendas. A descoberta de documentos antigos forneceu elementos suficientes para convencer os mais céticos de que a história local precisa ser reconstruída.

Conhecidos os seus primeiros moradores e os eventos que os levaram a erigir uma capela no *deserto sertão do rio Itapecerica*, ocupado pelos índios Candidés, poderemos formar uma visão mais real do início do povoado. O estranho incêndio da capela, em 1830, justamente quando o arraial finalmente se transformava em curato, encerra o primeiro capítulo da história (documental) de Divinópolis.

Muito do que se escreveu, inclusive algumas datas calculadas, precisa ser revisto e passar por uma retificação para que a justiça seja feita ao fundador da *paragem*, o fazendeiro João Pimenta Ferreira, que até esta data não teve o devido reconhecimento. Ao famoso sertanista Manoel Fernandes Teixeira, benfeitor da *paragem da Itapecerica*, ficará o crédito de ter doado à capela um patrimônio que garantiu sua condição de arraial, recebendo o nome de *Espírito Santo da Itapecerica*.

Ao final, a revista publica algumas notas esclarecedoras e suplementares sobre fatos e situações, que precisam ser vistos com olhos do século XVIII. São termos técnicos, normas, comportamentos, transcrições de manuscritos envelhecidos e deteriorados etc., referenciados no texto principal.

Os índios Candidés também ganharam espaço nesta edição, como tem acontecido desde as primeiras edições d'A Prova. A busca incessante de documentos e as pesquisas de campo, nos últimos dez anos, produziram farto material sobre esses "selvagens pagãos". O relatório das comprovações documentais, cobre o período que vai de 1601 a 1782, demonstrando a entrada dos Caiapó do Sul pelas cabeceiras do Alto São Francisco e a presença dos Candidés, no Vale do rio Itapecerica.

Passados quase sete anos da última publicação, estão de volta as Efemérides Divinopolitanas, apresentadas em 1995 (A Prova 6, edição esgotada). A presente edição, revista e atualizada, traz todas as datas comemoradas tradicionalmente em Divinópolis, inclusive os momentos históricos mais importantes do mês e as datas municipais criadas por lei.

Flávio Flora

A ITAPECERICA DO RIO

– uma disputada referência
geográfica no sertão

FLÁVIO FLORA

O surgimento dos povoados e arraiais, origem das vilas e cidades, ocorreu de modo semelhante em quase todas as partes do mundo e em todos os tempos – às vezes resultado do cruzamento de rotas comerciais ou exploratórias, outras da predominância de uma crença religiosa, algumas simplesmente dos reflexos da solidariedade humana e outras ainda, de planos e projetos orientados por razões políticas ou técnicas.

Segundo os estudiosos, um agrupamento humano forma-se quando surge a vontade comum de agir, o consenso de perseguir um objetivo, de lutar por uma causa de caráter coletivo, ou de simplesmente atender o desejo de conviver e trocar experiências, idéias e novidades. Quando as pessoas se juntam, “*com [essas] relações comuns de localidade, trabalho e tradição, buscando soluções para seus problemas e para seus interesses coletivos*”¹, desse agrupamento de cidadãos surge a comunidade, com seus caracteres, topografia, intercâmbios e os mais elementos que constituem sua história.

O início de Divinópolis também se deu assim, passando pelas fases de desenvolvimento dos arraiais do Brasil colonial, bem sintetizadas por ATALIBA NOGUEIRA, em sua *Teoria do Município* (apud GHISI, 1991), explicando o desenvolvimento da vida associativa:

“...brotou (...) da vida social e da povoação da terra. Associaram-se os vizinhos em certo momento em torno da capela. A capela é a origem do município e o seu desenvolvimento – capela, curato, freguesia e paróquia – dá-nos precisamente o desenvolvimento da vida associativa que redundou no município brasileiro.”

1. ADHEMAR PALADINI GHISI. *A Instituição Municipal*, 1991.

Até 1737, quando por aqui passou a bandeira do coronel Matias Barbosa da Silva,² “o cabeça de ferro”, abrindo a (primeira) Picada de Goiás,³ a região só conhecera os “selvagens pagãos” Candidés – uma tribo da nação Caiapó (*Mebêngroke*, de língua Cran),⁴ que vinha estabelecendo-se em inúmeras aldeias no Alto São Francisco, desde centenas de anos, como testemunham seus vestígios cerâmicos. Também passaram pelo lugar, alguns corajosos capitães-do-mato, perseguindo “homens facinorosos e quilombolas”; criminosos ou fugitivos,⁵ autoridades militares, oficiais das Câmaras de Pitangui⁶ e de São José del-Rey⁷, enviados religiosos de Mariana⁸ e Sabará (demarcando as divisas de seus territórios); turistas ou cientistas europeus que seguiam para o norte do País, além de insuspeitáveis sertanistas, exploradores, posseiros, africanos livres e camaradas pobres à procura de ouro e diamante ou de boas terras devolutas.

Com a abertura da Picada de Goiás, cujo primeiro percurso passava pela transposição do rio da Itapecerica, essa região ficou pontilhada de novos moradores definitivos e ocasionais, que atendiam aos objetivos maiores da Bandeira⁹: povoar as terras ainda desconhecidas da província de Minas, produzir alimentos e abrir caminho para exploração do ouro em outras regiões. O caminho foi abandonado e retomado por quatro vezes em menos de cinquenta anos, por causa dos perigos do sertão, “infestado” de onças, cachorros-do-mato, caiapó e quilombolas.

Nesse trecho da Picada, nas imediações da transposição (a vau) do rio, estabeleceu-se uma referência geográfica denominada “*passagem da Itapecerica*” (1737)¹⁰, com intermitente vai-e-vem de todo tipo gente, entrando ou voltando da Picada, muitas vezes a caminho da *Casa da Mueda* (que ficava um pouco adiante do Calhau de Cima), outras vezes em de-



Divinópolis, Maio 2002

2. Matias Barbosa da Silva e outros 24 sócios receberam autorização para abrir um caminho de conquista e povoamento do qual se tornariam proprietários, desde que mantivessem a posse de suas fazendas por um ano, período em que não seriam incomodados pelas autoridades. A abertura da Picada proporcionou uma fuga de escravos das minas, incomodou o governo da Capitania e pode ter sido a causa da misteriosa morte do “cabeça-de-ferro”, em 1742, quando a Picada foi abandonada aos mocambos e aos caiapó, que se juntaram em grande número nas suas cercanias. (José Joaquim da Rocha, *Geografia Histórica da Capitania de Minas*, manuscrito de 1780, A.P.M.)

3. Ainda há muita controvérsia sobre a Picada de Goiás, porque foram abertos três ou quatro caminhos, em épocas diferentes (saindo de São João del-Rey e passando por Paracatu), correspondendo às tentativas de povoamento e “conquista” do sertão do Campo Grande, que alcançava um vasto território. (Ver nota *Caminhos da Picada*, pág 57)

4. Ver informações suplementares em “*Indícios e vestígios dos candidés*”, a pág. 31

5. Os historiadores Francisco Gontijo de Azevedo & Antônio Gontijo de Azevedo, referindo-se aos mais antigos habitantes da região, indicam que os primeiros entrantes foram alguns líderes de uma revolução de Pernambuco (próxima ao rio Canindé) que, vencidos, vieram se esconder no município de Pitangui, nos primeiros anos do século XVIII. (Ver nota *Fugitivos de Pitangui*, pág 57)

6. Pitangui foi a sexta Vila e Minas e um dos principais centros mineradores da Capitania. (Ver mais em *Fugitivos de Pitangui*, pág 57)

7. São José del-Rey foi outro importante centro urbano, criado em 1744, cuja demarcação territorial foi motivo de longas disputas com Pitangui. (Ver nota *Disputas por terras mineiras*, pág 57)

8. Mariana foi a primeira vila de Minas, e a primeira do Brasil com a denominação honorífica de *cidade*. À época, os centros maiores eram chamados de Vilas (não era usual a denominação de cidade). Dessa cidade irradiavam-se as missões religiosas, a catequese dos índios (Botocudos e Aymorés, principalmente), o controle das capelas e dos dizimos, a ordenação de padres etc.

9. Ver nota *História das Bandeiras*, por Capistrano de Abreu, pág 57

10. É bem provável que tenha sido dos primitivos entrantes a denominação do lugar como *Itapecerica*, utilizando-se da língua-geral para descrever o *caminho de pedras escorregadias que se fazem pelo leito do rio*. (Ver mais em *Contratador da Passagem*, pág 58)

manda do Itatiaiuçu (entroncamento de estradas de Pitangui/Sabará/Ouro Preto, Tamanduá e São João del-Rey). Como de costume entre os bandeirantes, logo se tratou da construção de um grande rancho ou *alojamento*, onde o sertanista Tomás Teixeira¹¹ (e possivelmente seus lavradores e escravos) recebiam os viajantes para pernoitarem e seguir adiante. Eram comuns e necessárias essas pousadas, pois era ali que ocorriam os registros de entradas, de captura de quilombola, e também a confecção dos diversos contratos civis de trabalho, serviços, compra e venda, aluguéis. Outro elemento que reforçava a instalação da pousada era que todo o caminho tinha de ser feito a pé ou em canoas, e o trajeto muito perigoso e difícil, só podendo ser percorrido durante o dia.¹²

Foi assim que o lugar passou a ser conhecido com a nova denominação: “*pousada da Itapecerica*”, acompanhando o grande movimento que se verificara nessa rota de São João del-Rey a Paracatu (1748). Alguns anos antes, um outro visitante, o capitão-de-entradas de Pitangui Francisco de Araújo e Sá (morador do *Picão*, hoje Bom Despacho), encantado com a beleza do lugar e em missão de conservar as fronteiras com o Termo de São José del-Rey, construiu sua residência junto da pousada de Tomás, de quem se tornara sócio na *contratação da passagem*.

Em 1754, um outro vizinho, o sargento-mor Gabriel da Silva Pereira, autoridade policial de Pitangui (morador no rio *São João Acima*, hoje Itaúna), veio reforçar as demarcações de fronteiras do Termo de Pitangui, ocorridas em 1744, com a concessão de várias sesmarias¹³, e fixou residência eventual nas vizinhanças de Tomás e Francisco, referindo-se ao lugar como “*paragem da Itapecerica*”.¹⁴

11. Ver informações suplementares em “*Tomás Teixeira*”, à pág. 38

12. Os trajetos eram percorridos de manhã. A tarde se preparava o acampamento e, à noite, poucos se aventuravam pelo sertão. Somente negros em fuga desesperada tinham coragem para enfretar as feras e perigos do mato. (Ver mais em *Jornada pelo sertão*, pág 58)

13. Para saber mais sobre como era o regime de terras no Brasil Colônia, principalmente no Termo de Pitangui, Comarca de Sabará (1740-95), ver informações suplementares em *A posse de terras devolutas: constituição do patrimônio da capela*, pág. 58

14. Não há mais dúvidas de que Tomás, Francisco e Gabriel sejam os primeiros moradores da paragem, conforme testemunham os documentos de concessão das respectivas sesmarias e segundo um relatório do vigário de Pitangui (de 1780), transcrito pelo CÔNEGO JOSÉ TRINDADE (Instituição de Igrejas no Bispado Mariana).



A fundação do povoado

Dos pioneiros que vieram morar no Sertão do Rio Itapecerica¹⁵, o fazendeiro da Vila de Pitangui, João Pimenta Ferreira¹⁶ se destaca como principal protagonista da fundação do povoado. Foi ele quem teve a iniciativa de construir a capela¹⁷, visitando os fazendeiros da região em busca de apoio e tomando as primeiras providências para a realização do intento, contando em seguida com a participação do sertanista Manoel Fernandes Teixeira, que se tornara seu genro.¹⁸

A Súplica¹⁹, feita por João Pimenta Ferreira ao Ordinário do Bispado de Mariana, relata o desconforto da falta de cemitério, que obriga os moradores do Sertão do Rio Itapecerica a deixarem seus mortos “*para sustento dos bichos do mato*” ou colocá-los a apodrecer na “*Guaxyma*” (uma espécie de arbusto, utilizado para alvejar roupa e fazer vassouras); os problemas com a transposição dos rios Pará e Itapecerica, “*invasiáveis*”, que permitiam ser atravessados “*só no rigor da seca*”; a longa distância²⁰ de “*dez léguas*” da Vila de Pitangui e de “*sete léguas*” da “*matriz*” mais próxima, que era a de São Bento do Tamanduá, em cujos percursos se enfrentava “*o rigoroso trabalho de os selvagens pagãos*”; e, por fim, a confirmação de que os “*sincoenta*” suplicantes, representados por João Pimenta Ferreira, cujo “*rol*” estava em anexo, apoiavam a construção da capela. A Súplica registra ainda que todos foram visitados, apoiando e pedindo a Provisão²¹ para a construção de capela dedicada ao Espírito Santo e São Francisco de Paula. A comunidade de mais de “*sincoenta fogos*”²² oferecia um terreno apropriado para elevação de uma capela e um adro para ser usado como cemitério.

A Provisão foi dada em 13 de janeiro de 1767 (na cidade de Mariana), constando de um despacho, no canto superior esquerdo da Súplica²³, que recebeu antes, ao final, uma anotação do vistoriador, confirmando o terreno da capela e do adro e atestando sua perfeita condição para servir aos ofícios religiosos.²⁴

Em 24 de março de 1770, João Pimenta Ferreira voltou ao Ordinário do Bispado de Mariana, acompanhado de Manoel Fernandes Teixeira, seu genro, e de outros cinco moradores, para nova Súplica e providências de ampliação do patrimônio da capela, já construída e acabada, segundo

15. O pesquisador LÁZARO BARRETO (*Memorial de Divinópolis*, 1992) elaborou uma lista das primeiras sesmarias da região, que ao registrarem os confrontantes e as divisas apontam os nomes de alguns dos primeiros moradores, já estabelecidos próximos ao rio Pará e na região montanhosa da Serra Negra, entre 1738 a 1760. Aproveite para conhecer mais sobre os costumes do sertão, na escrita de Capistrano de Abreu. (Ver *Primeiros Moradores do Sertão dos rios Itapecerica e Pará*, pág 59)

16. Ver informações suplementares sobre o fundador do arraial em “*João Pimenta Ferreira*”, à pág. 39.

17. Os historiadores Francisco Gontijo Azevedo e Antônio Gontijo de Azevedo (*Da História de Divinópolis*, 1989) informam que antes da capela, havia outra igreja menor, na subida do morro, cujos vestígios foram vistos por Francisco Machado Gontijo, quando era menino. Poderia ser uma capelinha (orago) particular, muito comuns naquele tempo.

18. O sertanista Manoel Fernandes Teixeira estabeleceu-se na Itapecerica, entre 1765 e 1770, com sua numerosa família. (Ver informações suplementares sobre este sertanista em “*Manoel Fernandes Teixeira*”, à pág. 40.)

19. *Súplica* era um documento oficial (espécie de requerimento, petição), dirigido à autoridade real, para se obter a concessão de sesmaria, ou a autoridade eclesiástica, para obter provisão para construção de capela. Conheça o teor essencial e os motivos da Súplica de João Pimenta Ferreira. (Ver *Transliteração da Súplica*, pág 60).

20. Léguas era a medida itinerante do período colonial, também chamada de léguas de sesmaria: 6.600 metros ou 3 mil braças.

21. *Provisão* podia ser tanto documento religioso ou oficial de permissão, como autorização, sujeitos a taxas e aos despachos de autoridade, reconhecido oficialmente pelo governo da Capitania. No caso religioso, ter ou receber provisão, significava que uma capela já podia funcionar e ser usada para fins religiosos, feitas sua benção e entronizada a imagem do Santo invocado.

22. A expressão *fogos*, de origem portuguesa, muito usada no século XVIII e mencionada no texto da Súplica, indicava a existência de cinquenta casas com chaminés, onde se fazia fogo regularmente. Uma casa com chaminé (com o fogo aceso continuamente) significava a morada de uma família estabelecida.

23. Ver *A Provisão*, à pág. 60.

24. Um pouco abaixo das últimas linhas da súplica há uma anotação, possivelmente do vistoriador ou do promotor:

“*Para os suplicantes seja servido mandar pagar Provisão de ereção da capella do Espírito Santo e São Francisco de Paula, sita na paragem chamada Itapecerica aonde já tem o terreno composto de mato (e morada) e determinado o (início) como se (...juntará) o patrimônio atendendo a súplica (de os moradores) que alegão.*”

informa, à qual seria acrescida uma morada de casas, que pudesse abrigar e receber os padres e missionários religiosos, a reserva de um capão de 40 alqueires de mato e a garantia de uma renda anual de 20 oitavas de ouro²⁵ para as despesas administrativas.

Nesse mesmo dia, Manoel Fernandes Teixeira, em Cartório de Francisco do Rego Andrade, passa escritura de patrimônio à capela²⁶, enquanto seu sogro e os outros moradores prestam depoimentos junto ao Ordinário, comprovando as informações fornecidas nas Súplicas, inclusive anexando um desenho da região com a localização da capela e das principais fazendas. Nesse mesmo dia ainda, foi formalizada à Cúria Diocesana a doação do patrimônio com o pagamento de 18 mil reis ao “promotor”.

No dia 26 de março de 1770, foram publicados as súplicas, todos os depoimentos e a escritura de doação, e, no dia 27 de março seguinte estava consolidada a capela, só necessitando de uma nova provisão para bênção e visitação e para que pudesse receber o símbolo do Divino Espírito Santo e a imagem de São Francisco de Paula. Esta última Provisão foi despachada em 29 de março²⁷, data em que a *paragem* passou a ser conhecida como Espírito Santo da Itapecerica (centro de referência social) do “Sertão do Rio Itapecerica”, retratado como *uma morada de três ou quatro casas térreas cobertas de telhas, ao pé de uma capela na encosta do morro, no canto de um vertente capão de mato...*

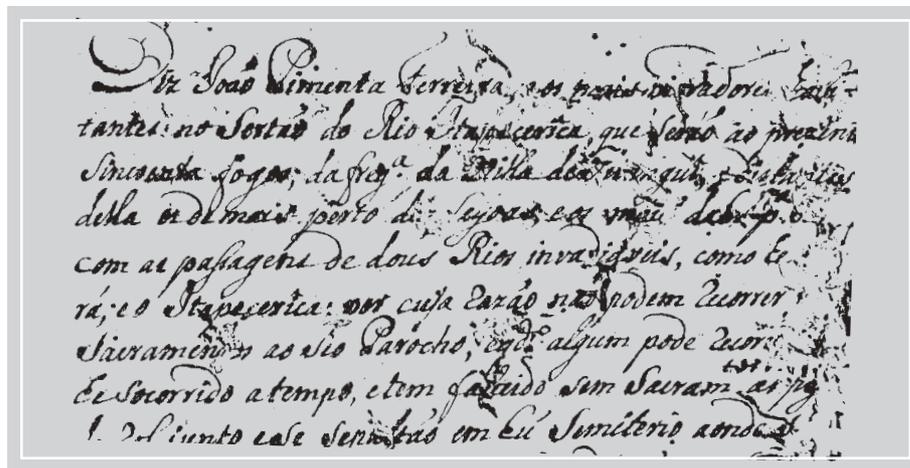
A inauguração do arraial, provavelmente uma ou duas semanas depois, deve ter ocorrido à chegada de João Pimenta Ferreira, Manoel Fernandes Teixeira e outros moradores, que traziam a Provisão definitiva para o curato, que só ocorreu muitos anos depois, em 1830 – marcado pelo incêndio da capela.

25. Para se ter uma idéia dos valores monetários da época e fazer uma comparação é bom ler Capistrano de Abreu. (Ver *Preços do séc. XVIII*, pág. 60)

26. Antes de fazer a doação, os imóveis apossados por Manoel passaram por um processo de regularização cartorial em Pitangui, conforme estabelecia a Ordem Régia de 1754. (Ver *O patrimônio da Capela*, pág. 60)

27. Segundo transcrição do pesquisador LÁZARO BARRETO (*Memorial de Divinópolis*, 1992), em um dos Livros de Provisões e Licenças da Cúria Diocesana está registrada a Provisão para visitação e bênção da capela, que além do patrimônio tinha ainda a renda anual de vinte oitavas de ouro para sua administração:

“... em 29 de março de 1770 se registrou uma provisão para que o capelão da capela de Santa Ana possa validar e benzer a capela do Divino Espírito Santo e São Francisco de Paula e colocar as imagens com as cláusulas acima (...) com decência necessária os ornamentos das quatro cores, pedra de Arte Sagrada do Supliciente Grandeza e todos os mais paramentos necessários para decentemente se celebrar os Sacramentos e sacrificios da Missa e poderá benzer na forma do ritual romano, celebrar novenas (...)



Assistência religiosa

Não se tem notícia de que o capelão de Sant'Ana, seja do Rio São João Acima ou do Bamboy, tenha vindo benzer a capela. É muito provável que, por pertencer à freguesia de Pitangui, ela tenha sido benta pelo Padre Luiz Damião e assistida, nos primeiros anos, pelos Padres José Gomes (que tinha uma sesmaria, cuja sede ficava pouco acima da Cachoeira Grande do Rio Pará, hoje barragem de Cajuru), Gaspar Álvares Gondin, da matriz de São Bento do Tamanduá (que fazia visitas regulares à região) e Francisco Palhano, que comprou terras de Manoel Fernandes Teixeira, e, por algum tempo, veio morar no sertão.

O primeiro padre a residir no arraial foi um professor de Formiga, José Carvalho Trindade, que, após ter ficado viúvo, ordenou-se em 1785, vindo à capela da Itapecerica iniciar seu sacerdócio, e criar sua família. Viveu aqui durante quinze anos.²⁸

Antes de ser incendiada em 1830, pela capela passaram ainda mais 10 capelões de Pitangui, sendo os mais assíduos os padres Gabriel João da Silva (entre 1812 e 1825), Francisco de Assis Ferreira (de 1813 a 1824), Manoel Ascídio da Cunha Alvarenga (de 1817 a 1822) e Teodoro Justino Faria (de 1818 a 1832), que se alternavam nos ofícios religiosos, o que se pode deprender de antigos livros de batizados e óbitos da paróquia.²⁹ Durante 63 anos, a capela foi testemunha de muitos eventos no arraial, das festas do calendário litúrgico às atrocidades cometidas contra alguns moradores, selvagens candidés e negros quilombolas pelas forças militares de Pitangui, de São José del-Rey e do Tamanduá (1772 a 1790)³⁰, com grande perturbação geral. Mesmo com as contendas e disputas, o arraial foi crescendo notavelmente, principalmente depois da expulsão dos Candidés (1782) pela Legião da Conquista (de Inácio Corrêa Pamplona), formada para “desinfestar as campanhas de os sertões” e permitir novos assentamentos.

Depois dessa pacificação das Vilas rivais, as cinquenta famílias originais – ao tempo da construção da capela, somando mais de 700 pessoas, incluindo familiares, escravos e camaradas – receberam novos moradores definitivos e a Itapecerica se transformou num atraente arraial, com mais de 1.154 habitantes.³¹

28. Os historiadores FRANCISCO GONTIJO DE AZEVEDO E ANTÔNIO GONTIJO DE AZEVEDO (*Da História de Divinópolis, 1989*) relatam que esses parentes do Padre Trindade, em 1801, se desentenderam entre si e ocasionaram três mortes que trouxe desgosto para todos e abalou as famílias, obrigando-o a mudar-se do arraial para o Aterrado (hoje cidade de Luz):

“... Nota-se que a localidade de Vargem Grande, desde esse incidente ficou conhecida pelo nome de Choro, pelas lamúrias das mortes e dos feridos na contenda dos Trindades.

“Quando esse padre mudou-se daqui para Aterrado, vendeu um terreno que possuía perto da cachoeira, por oito oitavas de ouro, passando um título de mão, que serviu de relíquia histórica por muito tempo, e foi guardado pelo major Francisco Machado Gontijo.”

29. O historiador Pedro X Gontijo (*História de Divinópolis, 1962*) reproduz uma lista de capelães, que lhe foi preparada por Frei Braz, vigário de Divinópolis, em 14/11/1935. (Ver *Capelões da Itapecerica*, pág. 61)

30. O Espírito Santo da Itapecerica tornou-se um lugar movimentado depois da abertura da Picada de Goiás. Foi uma passagem real que ligava vários povoados da margem direita do rio São Francisco ao entroncamento do Itatiaiuçu, por onde cruzavam várias estradas, ligando centenas de localidades, destacando-se os grandes centros como Sabará, Pitangui, Barbacena, Mariana/Ouro Preto, Tamanduá, São João/São José del-Rey e outras. A passagem da Itapecerica também era um marco divisório dos termos de Pitangui e São José, que reivindicava o domínio sobre a região, contrariando os moradores. (Ver *Conferência sobre limites*, à pág. 61)

31. O historiador Waldemar de Almeida Barbosa (*Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais, 1971*) registra que, num mapa do Termo de Pitangui, de 1813, “... figura o distrito da Itapecerica com 378 brancos livres, 242 pretos livres, 323 mulatos livres e 211 escravos.”

Capela incendiada

No ano em que o arraial foi finalmente elevado à condição de Curato (1830)³², o antigo símbolo da união dos habitantes do Sertão do Rio Itapecerica – a capela do Espírito Santo e São Francisco de Paula – foi destruída por violento incêndio, que pôs fim a muitos dos documentos históricos dos primeiros moradores, à presença crescente dos descendentes de africanos nas cerimônias religiosas e à devoção de São Francisco de Paula, que representou durante muitos anos o respeito aos selvagens pagãos que ainda resistiam no meio do mato.

E com o incêndio da capela, termina a primeira parte da história de Divinópolis, que vai conhecer, nos anos seguintes, a emoção de ter um representante na Assembléia Provincial (Padre Guaritá, 1875), de perder seu nome original para o Tamanduá (1882), de receber o quarto ramal ferroviário do Estado (1890), de se emancipar (1911) e de se tornar importante cidade no Centro-Oeste (1915).

ESTAMOS DE OLHO



S. Francisco de Paula:

— *"Deus obedece aos que o servem com pureza de coração".*

A imagem de São Francisco de Paula, patrimônio histórico do povo de Divinópolis, foi levada da Catedral do Espírito Santo para o Museu Sacro de Pitangui, e lá continua... deteriorando-se. Ao contrário do que se registrou na última edição da revista A Prova 8, de maio de 2000, a imagem não foi apresentada para restauração. (7 de maio de 2002)

32. Numa "Relação das Cidades, Vilas e Povoações da Província de Minas Gerais", do ano de 1830 está o arraial da Itapecerica, da freguezia de Pitangui, com 25 fogos (casas) (Revista do Arquivo Público Mineiro, Ouro Preto: 1897, Ano II, fasc 1, p 22.). Sobre *Fogos* ver também a nota ²².

Indícios e vestígios dos Candidés

– relatório de pesquisa documental

Os Candidés ou *candindé* ou *canditeá*, era uma tribo da nação Caiapó do Sul (do ramo Gê, língua Cran), como outros *tapuias* que, ao passar dos séculos, foram subindo (geograficamente) da bacia do rio Paraná até atingir, no século XIX, os vales dos rios Xingu/Araguaia/Tocantins, ao sul da Amazônia – a floresta-mãe. Depois de passar dezenas de anos nos vales que cercam as cabeceiras do rio São Francisco, foram definitivamente expulsos em 1782, pela Legião da Conquista comandada por Inácio Corrêa Pamplona, a partir de Tamanduá e Bambuí.

A tribo dos Canditeá recebeu essa denominação por causa da cabeça depilada de seus membros

(adultos, mulheres e crianças), que, em sua maioria, participavam de rituais, danças e convenções sociais.¹ A denominação *candidés*, em tupi-guarani – a língua mais falada no Brasil Colonial, usada prioritariamente pelos bandeirantes e sertanistas, depois de codificada pelo jesuíta Anchieta – descreve perfeitamente a interessante aparência deste *gentio*: *acang* (cabeça) *endi* (luzir) *teá* (formoso, agradável), que mantém este costume até os dias de hoje. Talvez por causa de cisões internas, do crescimento ou da união de certos clãs dentro da tribo e das motivações sobrenaturais desapareceu a tribo dos *candidés*, depois de sua fuga da região, ao final do século XVIII.



Há profundas evidências antropológicas (língua, usos e costumes, crenças religiosas etc.), indicando que os *candidés* se subdividiram em várias outras tribos, o que se pode reconhecer pela aparência comum das que levam a expressão *kran-queim* (a cabeça-depilada: *i-krian* tirar da cabeça *iquim* cabelos), como definidora de seu costume principal e da motivação maior das suas pinturas corporais. Uns formaram os *Yokraqueim* (povo-da-cabeça-reluzente), estabelecida na reserva Caiapó de São Felix do Xingu, outros os *Xikrin* (do *Cateté* e do *Bacajá*), da Reserva Xingu (ao sul do Pará/norte do Mato Grosso), e os *Kubenkraqueim* (também no Xingu, Tocantins), além de outras três tribos que ainda não mantêm contato com a civilização. Conservavam as características e os costumes

1. Os tempos mudaram mas os povos caiapó não mudaram seus costumes. A criança, ainda hoje, só é reconhecida na tribo depois de ser depilada e pintada convenientemente, o mesmo ocorrendo na adolescência (na manifestação da capacidade reprodutiva) e na fase adulta (no desenvolvimento da capacidade defensiva). A limpeza da cabeça e a pintura, em essência, formam com os adereços de plumagem (principalmente os *toucados*) uma expressiva imagem de poder, se considerarmos que as cores, as penas dos pássaros raros e as fibras vegetais, especialmente preparados para simbolizar o valor da pessoa, são diferentes em cada uma. O desenho é sempre o mesmo para todos os caiapó, pois simboliza a origem dos caiapó, que desceram das Plêiades (A Velha) em um fecho de luz num dia de eclipse. As cores indicam elementos da estrutura comunitária.

da nação *Mebengôkre*: (o-povo-do-olho-d'água, em língua Cran), que recebeu a denominação tupi de *Caiapó* (o-que-traz-fogo-na-mão), no século XVII, pelos sertanistas paulistas, por causa das suas habilidades no uso do fogo, nas queimadas para atrair a caça, nos fogões e cozimento da cerâmica, nas manifestações de hostilidades e na guerra. Colunas de fumaça no horizonte sempre indicavam o local de suas aldeias, que dispunham de gente específica para sustentar o fogo dia e noite, durante todo o tempo do acampamento, que durava de seis meses a um ano.

A entrada numerosa de negros para o sertão da Picada de Goiás, depois de sua abertura em 1736, levou os Caiapó a uma luta constante contra os quilombolas. Somente depois da primeira destruição do Quilombo do Tengo-Tengo (onde morreu o famoso Ambrósio Rei, em 1742) sob surpreendente fogo da expedição de Gomes Freire de Andrade, é que houve maior aproximação entre as duas raças, talvez influenciadas pelos modos como o *negro fugido* era tratado, quando recapturado. Os generosos vestígios encontrados no Quilombo do Ambrósio revelam que havia uma notável interatividade entre caiapó e negros, que compartilhavam suas artes e suas culturas: cachimbos de índios, pequenas vasilhas e utensílios domésticas dos negros, bridão de ferro, grandes vasos e objetos de pedra de uso pessoal dos caiapó etc. se misturam nos lugares onde resistiram quilombos ou mocambos.

Documentos consultados

Diversos documentos do século XVIII, que mencionam os silvícolas nesta parte de Minas, falam do “grande gentio cayapó” e esclarecem que eles subiram do Paraná, aldearam-se ao sul de Goiás/Triângulo Mineiro/nascentes do São Francisco e “vadearam (...) em contínuo giro” acometendo “os viandantes”, que transitavam pelas cercanias do velho caminho de São Paulo-Pitangui e na antiga Picada de Goiás... (*Memória Histórica da Capitania de Minas*, manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, APM, 1897).

O roteiro de Glimmer, mencionado pelo historiador Washington Luís (*Na Capitania de São Vicente*, São Paulo: Martins Editora, 1956), que explica a rota da primeira expedição paulista a chegar em Pitangui, em 1601, dá-nos notícia dos primitivos habitantes das cabeceiras do rio São Francisco, permitindo identificar a região como sendo a do Pará/Paraopeba e do próprio São Francisco, tendo como referência as montanhas de Pitangui. O roteiro de Glimmer é a referência mais antiga sobre os índios caiapó em Minas:

“... Em toda a viagem até aqui descrita nada vimos que denotasse cultura, não encontramos homem algum, apenas aqui e ali aldeias em ruínas, nada que servisse para alimentação, além de ervas e algumas frutas silvestres; todavia, observamos às vezes fumaça que se erguia

no ar, pois por aquelas solidões vagueavam com suas mulheres e filhos alguns selvagens, que não tinham domicílio certo e não curavam de semear a terra. Junto a este último rio, encontramos finalmente, uma aldeia de indígenas, víveres em abundância, que vinham muito a propósito, visto que já estavam consumidos os que conosco tínhamos trazido (...) Da aldeia sobredita até estes rios não vimos pessoa alguma, mas soubemos que além das montanhas vivia uma tribo de selvagens assaz numerosa...”

Analisando o material representado pelos mapas antigos e relatórios de bandeirantes, exploradores, autoridades e religiosos, pode-se esboçar a localização das principais nações selvagens, no vasto território do centro-oeste mineiro, até os limites de Goiás, e compor um mapa onde se vê a nação dos Coroado e dos Coropó (Zona da Mata), dos Prayá (Diamantina), dos Carijós (Alto Paranaíba), dos Caiapó (Alto São Francisco), dos Botocudo e Aymoré (Ouro Preto/Mariana), dos Bororo (Patrocínio, em luta constante com os Caiapó, querendo entrar pelas nascentes do São Francisco), dos Araxá (pequena nação exterminada por engano numa guerra entre Bororo e Caiapó) e outras, sem interesse para este estudo.

Segundo informações do pesquisador Saint-Hilaire, autor de “*Viagem às nascentes do rio São Francisco*

e pela *Província de Goiás*” (citado por Waldemar de Almeida Barbosa, em seu *Dicionário Histórico-geográfico de Minas*, 1971), e de acordo com a tradição bororo, em 1741, a Missão do Guaira já havia tentado a aproximação desses índios de Goiás com os Caiapó, mas não obteve sucesso.²

O estudioso inglês das reduções jesuítas Maxine Haubert (*Índios e jesuítas no tempo das missões*, Companhia das Letras, 1990), menciona algumas atividades dos missionários do Guaira (Triângulo Mineiro, região de Indianópolis, velha Santana do Rio das Abelhas) que tentaram inúmeras vezes aproximar as duas nações, mas sem sucesso, até o fim da Companhia no Brasil (1759). Discute Haubert que Voltaire (por seu personagem Candide) teria visitado as nascentes do São Francisco, principalmente a redução do Guaira, reforçando a ibérica “campanha da imprensa internacional” (1750), que pregava o fim da congregação, porque os missionários jesuítas defendiam os índios da escravidão, ensinavam técnicas civilizadas e ameaçavam a política de conquista de espanhóis e portugueses, em nome de um ideal país indígena.

Em 1748, assustador ataque dos caiapó ao grupo do bandeirante Agostinho Nunes de Abreu, perto de Pitangui, matou muitas pessoas. O historiador Diogo de Vasconcelos (*História Média das Minas Gerais*,

“...Junto a este último rio, encontramos finalmente, uma aldeia de indígenas, viveres em abundância, que vinham muito a propósito...”

1918:165), informa que era “uma horda de caiapós, vindos dos sertões do Paraná”, o que foi confirmado pelo historiador Francisco de Assis Carvalho Franco (*Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil - Séculos XVI, XVII e XVIII*. (1953, primeiro verbebe: “Abreu”)

Em 13 de janeiro de 1767, o fazendeiro João Pimenta Ferreira, “da Fazenda da Mata” (dos Coqueiros), registra em Mariana uma Súplica para construção de uma capela, e menciona entre outros motivos “o rigoroso trabalho dos selvagens pagãos” àqueles que se dispunham a ir até Tamanduá ou Pitangui, participar das atividades religiosas, justificando a sua construção na Itapecerica.

Cinquenta moradores co-assinaram a petição em “rol” anexo. Este é um documento-monumento, para o qual chamamos toda a atenção: ele é o primeiro documento de fundação de Divinópolis! E o mais importante de todos: a prova documental mais próxima e direta da existência dos “selvagens” que viviam no Sertão do Rio Itapecerica e Pará, no começo de tudo.

Numa representação da Câmara de Pitangui, de 2 de julho de 1787, ao Governador da Capitania, contra os limites territoriais defendidos pela Câmara de São José, o autor menciona o despovoamento da Picada por causa “da invasão do gentio e negros, que agora e de vários anos a esta parte se está continuando...” (Documentos Avulsos, APM. Waldemar de Almeida Barbosa, *A Decadência das Minas e a Fuga das Minerações*, 1983)

A pesquisadora Laura de Mello e Souza, de São Paulo, informa em artigo acadêmico, sob o título “Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra quilombolas” (REIS, João José (org.) *Liberdade por um Fio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995), que o mestre-de-campo comandante da Legião da Conquista, Inácio Corrêa Pamplona, desde 1765, já andava desbravando os sertões mineiros, exterminando índios e quilombolas em troca de terras na Picada de Goiás:

“... Depois de 1765, Pamplona realizou mais cinco entradas naquela região, uma delas, a de 1782, atacando os índios Caiapó” (...)

“... Pamplona certamente nunca foi flor que se cheirasse, e se a complacência dos histo

2. Os Bororo entraram em guerra com os Caiapó (aliados dos quilombolas), instigados pelos sertanistas de Goiás, para enfraquecer a resistência dos mocambos, principalmente os da Samambaia e Boa Vista (Tamanduá), da Queimada e do Tengo-Tengo, os mais populosos na abrangência do famoso Quilombo do Ambrósio (1742).

riadores o eximiu do comando de massacres de negros e índios – como os caiapó, por ele exterminados com sanha no ano de 1782 –, não haverá certamente argumentos que justifiquem seu comportamento vergonhoso na Inconfidência Mineira”.

O historiador Waldemar de Almeida Barbosa, procurando uma desculpa para os massacres de Pamplona fornece dados estarrecedores do genocídio dos caiapós:

“... A guerra contra os caiapós foi, pode-se afirmar, a mais terrível e a mais prolongada luta travada contra indígenas, em toda a América. Os documentos falam-nos da ferocidade dos ataques desses bilreiros, o que motivou a guerra referida. Não se esqueça, porém, de que os caiapó tornaram-se de fato terrivelmente cruéis, depois dos sucessivos ataques que sofreram dos brancos e mamelucos. (...)

“... Quando Pamplona realizou sua primeira entrada, em 1765, o que encontrou foram remanescentes da grande nação. E quando preparou a investida de 1782, eram já pouquíssimos os caiapós na região.” (Decadência das Minas e a Fuga da Mineração, pp. 128-135)

Uma correspondência de Luís da Cunha Meneses, Governador de Minas Gerais, para Martinho de Melo e Castro, 21-12-1783, encaminhando uma carta de José Pinto da Fonseca, da Capitania de Goiás – referindo-se *“à redução e civilização da nação silvestre caiapó dos sertões do Brasil”* – con-

firma os resultados da expedição de Inácio Corrêa Pamplona de expulsar os índios na sua investida de 1782. (APM, Arquivo Histórico Ultramarino - Conselho Ultramarino - Brasil/MG cx. 120. Doc. 57)

Numa carta da Câmara de Tamanduá à rainha Maria I, em verdade um memorial oficial, acerca dos limites de Minas Gerais com Goiás, de 20 de julho de 1793 – resumindo (cronologicamente) vários acontecimentos da *“Conquista do Campo Grande, Picada de Goyaz”*, para justificar a abrangência do seu Termo – o escrivão José Custódio da Silva certifica que o guarda-mor Feliciano Cardozo de Camargo (fundador de São Bento do Tamanduá, em 1739) e seus expedicionários foram *“acometidos dos gentios cayapó com a morte de cinco companheiros que foram assados e comidos”*, alguns meses antes da abertura da Picada de Goiás (1736). (Revista do Arquivo Público Mineiro,

“... acometidos do gentio cayapó com a morte de cinco companheiros que foram assados e comidos...”

Ouro Preto: 1897, Ano II, fasc 2, p 378.) Mais adiante, na mesma correspondência, relata que os sobreviventes tiveram de se refugiar em Pitanguí, levando notícia de que Agostinho Nunes de Abreu havia sido *“fritado, e queimado outros alguns companheiros com lástima geral do povo”* pelos caiapó da região.

Em outro trecho desse longo documento, procurando uma explicação para a fúria desses *“bárbaros selvagens de as espessas matas e desertas campanhas”*, a correspondência informa que além *“de grande número de negros que se aquilombam pelas campanhas adjacentes”* havia ainda *“os insidiosos, inimigos da paz, homens foragidos, cheyos de impetuosas mal aversões populares”* que, para se manterem protegidos das autoridades,

“...tem sublevados muitas vezes os Índios mansos aldeados no alojamento de esses confins (...) a atacam os habitantes e novos povoadores matando os roubando os abraçando lhes as fazendas”.

“Além dos mencionados insultos ou roubos”, prossegue o escrivão, *“destruíram e comeram immensidade de gado de toda a qualidade”,* esclarecendo que

“... o projeto de sublevação dos Índios fora dirigido pelos habitantes do sobre dito julgado a fim de despoarem as conquistas e lhes ficar livre a campanha...”

Este trecho, da mesma Carta de Tamanduá (1793), também é esclarecedor sobre os costumes dos selvagens do Alto São Francisco:

“... Hé geralmente sabido que os cayapó nos seus acometimentos matam queimam e destroem e não roubam, e so levam algum forro

como mais precioso de sua estima e desprezam vestuários dinheiros barras e prata”.

Uma Carta Régia, assinada por D. João VI, de 13 de maio de 1808 (mencionada na revista A Prova 7, 1998, p. 60) cobrava uma postura mais enérgica contra os selvagens, numa imperiosa demonstração de poder sobre “os naturais do Brasil”, criando em Ouro Preto uma *Junta de Conquista e Civilização do Índio* para confirmar e oficializar as terras tomadas aos selvagens e distribuí-las aos colonos que concorressem. Em 2 de dezembro do mesmo ano, outra Carta Régia considerava *terras devolutas* todas as terras conquistadas aos índios.

Talvez seja por essas disposições de força da Coroa Portuguesa que as terras indígenas do Vale do Itapeçerica, já *desinfestadas do gentio caiapó* se transformaram em terras devolutas, podendo receber novos moradores, que foram apossando-se dos lugares indígenas, desconhecendo a história do passado e introduzindo as lendas e os contos populares sobre as antiguidades do lugar. Só isso pode explicar o por que de os moradores a partir de 1830 em diante omitirem a existência de índios na região ou sua expulsão, que os documentos bem guardam.

O jornalista e pesquisador Aristides de Araújo Maia escreveu inúmeros artigos para o jornal “*Liberar Mineiro*”, de Ouro Preto, entre 1885-86, tratando da “*História da Província de Minas Geraes*” desde o século XVI até o século XIX, divulgando resultados de suas pesquisas documentais. Este texto sobre a origem de

“... penetrando os sertões d’aquem e d’alem do rio São Francisco, buscando sua nasçença, só encontraram muitos índios bravos...”

Pitangui registra a presença de índios na região:

“... As riquezas das minas de Paracatu, descobertas por Lourenço Castanho atrahiram diversos exploradores que, capitaneados por Domingos Rodrigues do Prado e José Bernardo de Campos Bicudo, partiram em 1709 à procura dessas minas.

“Morrendo seu guia, resolveram voltar para o Sabará, mas em caminho descobriram minas de ouro nas margens de um rio, habitadas por uma aldeia de índios, onde era tão grande o número de crianças que lhes fez dar ao lugar o nome de Pitangui (rio das crianças)”. (RAPM, Ano II, fasc.1º e 2º, 1902, p. 39)

O pesquisador Joaquim Antônio Gomes da Silva, ao final do século XIX, também escreveu sobre o município de Pitangui, registrando em manuscrito notícias interessantes

sobre a presença dos cayapó e dos quilombolas na região:

“... Em 1709, o rio Pará chamava-se Pitangui, que na língua vulgar do gentio da terra queria dizer – rio de crianças, porque na sua margem direita encontraram os paulistas um pequeno aldeamento de índios com muitas crianças. (...)

“... Logo depois da povoação desta Villa, Antônio Rodrigues Velho e seu sogro José Bernardo de Campos Bicudo, penetrando os sertões d’aquem e d’alem do rio São Francisco, buscando sua nasçença, só encontraram muitos índios bravos que trouxeram e que mansos, viveram nesta terra por muitos anos. (...)

“... Nesse mesmo ano de 1773 se recolheu para Portugal o Exm. Sr. Conde de Valadares e ficou suspenso o reconhecimento d’aquelle sertão, aliás, perigoso, não só pelo quilombos de negros fugidos como pela má vizinhança do Gentio Cayapó, que subindo das partes de Goyaz, patrulhavam e defendiam aquellas terras, chegando a ofender os últimos moradores confinantes nas partes do rio São Francisco.” (RAPM, Ano VII, Fasc. 3º e 4º, 1902, pp. 706-709-710)

Dois renomados etnólogos brasileiros, primeiro Nelson de Sena e mais tarde Laudelino Freire, apresentaram em seus dicionários verbetes sobre os *Candindés*, localizando-os no Vale do Itapeçerica, próximos a Divinópolis, a partir de suas próprias investigações.

O deputado Nelson de Sena³, na revista carioca “*Cultura e Trabalho*” (fevereiro de 1928), publicou sua resenha etnográfica sobre os “*Principais povos selvagens que tiveram seu ‘habitat’ em território das Minas Geraes*”, onde se destaca o verbete:

“*Candindés. Índios do Vale do Itapecerica, no oeste mineiro, e cujo nome se conserva num lugar perto de Divinópolis.*” (RAPM Ano XXV, 1^a Vol., 1937, p.340)

Outro mestre da etnografia brasileira, filólogo Laudelino Freire (1939), também incluiu em seu Dicionário uma referência aos índios do Vale do Itapecerica:

“*Candindés. s. m. pl. Indígenas brasileiros que habitavam o vale do Itapecerica, em Minas Gerais.* (Dicionário da Língua Portuguesa. Tomo XI, Vol. II, p 1.205)

O farmacêutico e historiador Pedro X Gontijo, principal militante do movimento pela emancipação de Divinópolis (em 1911-1912) conta em seu *Epítome da História de Divinópolis* (Papellaria Sherlock, 1962), que havia convidado (em seu Boletim 79) intelectuais e professores para um estudo sobre o primeiro morador civilizado, ocasião em que apresentaria alguns dados interessantes.

Como “ninguém apareceu”, no Boletim 81 X Gontijo deu a “síntese” dos seus estudos. Citando o Dicionário de Laudelino Freire, informava que “... nas vizinhanças de 1684, eram os índios ‘Canidés’, os moradores do nosso rio Itapecerica. Os seus vestígios se deparam, em grande cópia, na Gruta do Cristal e no Quilombo, vizinhança da cidade.”

“Foi nessa época que aqui aportou Manoel Fernandes Teixeira, cujo nome só nos veio ao conhecimento, em 1920, com a Certidão retro.

“Diz a lenda que viera, como criminoso, de Barbacena, escondendo-se aqui entre os índios ‘canidés’ que, certamente, lhe emprestaram o apelido Candidé, como nos diz a lenda.”

A lenda a que se refere Pedro X Gontijo foi disseminada em Divinópolis, a partir de 1922, pelo professor Christovan Teixeira (*Apostamentos de História e Chorographia de Divinópolis*, Typographia Zé Pequi) como material para uso escolar, quando frisa que é lenda antiga “sempre repetida por nossos avós”, e reconhece que essa versão foi recolhida “de um período obscuro de nossa história antiga, como bem podemos denominar-o, à vista da falta de documentos autênticos”.



Menina Caiapó, do Xingu

O professor José Dias Lara, em sua obra “*Divinópolis com Amor e Humor*” (Gráfica Sidil, 1987), citando antigo ementário, adotou essa lenda de Christovan Teixeira e alguns elementos fornecidos por X Gontijo, acrescentando-lhe informação histórica, segundo a qual o turista espanhol Pero Gonçalo do Amaranto e o comerciante Estácio Campos de Borgonha, com outras setenta e oitenta pessoas, fugiram de Ouro Preto para Pitanguí, em 1720, cruzando com os índios Candidés nas proximidades da barra do Itapecerica com o Pará:

“... Foi então que se puseram em contato com os índios Candidés, que habitavam uma aldeola localizada à margem esquerda do rio Itapecerica, a cerca de dois quilômetros, pouco mais, de nossa cidade, numa gruta a que chamavam Itaberá (...) a Gruta do Cristal, localizada nas imediações do ‘Cemitério dos Vivos’ onde até

3. Nelson de Sena era deputado e pesquisador da história mineira, tendo produzido várias obras famosas ao início do século XX, entre elas: “*Anuário Histórico-corográfico de Minas Gerais*” (editado nos anos de 1909, 1913 e 1918) e “*A Terra Mineira*” (1926). Em todas faz referências ao Vale do Itapecerica, habitado pelos índios *candindés*, desde o final do século XVII.

bem pouco tempo se encontravam vestígios da antiga tribo indígena...

Os historiadores divinopolitanos Antônio Gontijo de Azevedo e Francisco Gontijo de Azevedo, autores da importante obra “Da História de Divinópolis” (Graphilivros, 1988) também adotaram a versão do professor Christovan Teixeira, de que teriam sido fugitivos emboabas os fundadores de Divinópolis, confirmando que era uma lenda criada pelos “primeiros habitantes desta terra, passando de geração em geração”.

O pesquisador Lázaro Barreto, em seu rico “Memorial de Divinópolis”

(Gráfica Serfor, 1992), constata que foram os índios Candidês os primeiros habitantes da região e apresenta novas hipóteses sobre a “povoação original”, destacando que Manoel Fernandes Teixeira “*não tinha nada a ver com a figura lendária de Candidês*”. Relata o autor que

“... machadinhas de pedra foram encontradas na barragem do 48, na Serra do Cristal, na baixada da charqueada e no quilombo do Gafanhoto, e urnas funerárias e outros fósseis recolhidos nas fazendas de Pedro Emídio e Antônio Máximo, na região das Costas e no Inhame”.



Cachimbo de barro branco, com duas faces de cada lado. É um objeto dos Caiapó do Sul, destinado ao uso do wajanga (xamã). Foi encontrado na região de Conceição do Pará, MG (fazenda Capuava, por Adelson Viegas)

VESTÍGIOS

Em Divinópolis, de 1989 a 1998, o jornalista Flávio Flora, editor desta revista, com o apoio da Câmara Municipal, realizou pesquisa arqueológica em busca de vestígios desses índios. Encontrou locais onde existiram aldeias com restos de objetos cerâmicos, pequenas vasilhas, grandes vasos, bolotas de argila cozida, resíduos de barro virgem apenas amassados, esticadores de orelhas de pedra polida, colares etc. Ainda encontrando alguns descendentes de uma índia “pega no laço” nos idos de 1840-45, na região da Serra dos Caetanos, chamada de *Pacheca*, da qual originou família numerosa na região de Córrego Falso/Djalma Dutra.

Um fato que tem merecido a atenção dos pesquisadores é que o estilo da cerâmica encontrada na região de Divinópolis (Costas, Serra das Flechas (no perímetro urbano), Olaria, Serra Negra, Cacoco, Quarenta e Oito, Sete Lagoas, Buritis etc.) são semelhantes às encontradas em outros pontos do Alto São Francisco, como em Cajuru, Salgados, Leandro Ferreira, Perdigão, Itapecerica, Araxá (Perdizes) e Abaeté (recentemente). Isso evidencia que estes caiapó-canditeá “vadeavam” não somente pelos “confinos” do Vale do Itapecerica, mas, como comprovam os vestígios, por todo o centro-oeste “d’aquem e d’alem” das cabeceiras do São Francisco.

ANUALMENTE, A CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
REALIZA A “SEMANA MUNICIPAL DA CONSCIÊNCIA INDÍGENA”
NA SEMANA EM QUE RECAI O DIA 19 DE ABRIL.

Tomás Teixeira

– *contratador da passagem e das entradas*

Tomás Teixeira era um sertanista de valor entre os demais batedores da época. Ainda muito jovem chefiou uma expedição ao interior da Amazônia (em 1722), visitada anos antes pelo desbravador Pedro Teixeira, possivelmente seu ascendente. Foi um dos auxiliares do famoso bandeirante coronel Matias Barbosa da Silva, proprietário principal da Bandeira da Picada de Goiás, atuando depois como *contratador* de passagem – era um tipo de guia, encarregado dos contratos particulares, que conhecia as trilhas do sertão e sabia falar língua Cran (do ramo Gê, diferente do tupi/guarani), utilizada pelos selvagens que viviam na região, onde se destacavam os *canditeá* ou *candindés*, da grande nação Caiapó do Sul. Tomás era o responsável também pelos “registros de entradas”, um livro onde se registravam os nomes das pessoas, os motivos e os tributos pagos para ulterior prestação e contas.

Além de ser pessoa comunicativa e perspicaz, qualidades essenciais para o exercício da função, Tomás também deveria ter conhecimentos técnicos de cartografia, pois é mencionado como colaborador do engenheiro José Joaquim da Rocha na

elaboração de um mapa da região (de 1759), que foi apresentado muitos anos depois, ao Comandante Bento Garcez de Almeida Grant, enviado do Visconde de Barbacena, para solucionar impasse nas demarcações de terras do recém-criado município de Tamanduá (1789).

Pouco se sabe de sua vida privada, se era viúvo ou não. Para a história de Divinópolis, ele surge em São João del-Rey, com seus trinta e poucos anos, integrando-se à Bandeira de Matias Barbosa da Silva, de cujo rol constava ainda o nome do sertanista Manoel Fernandes Teixeira, presumivelmente seu parente. (Entretanto, Manoel seguiu com a bandeira de Domingos de Brito, indo estabelecer-se nas cabeceiras do rio Paranaíba, fato que sugere uma separação de propósitos, pois as duas bandeiras eram rivais e bem assim seus integrantes, a maioria de Sabará/Pitangui ou de São João del-Rey/São José del-Rey).

Observando os requisitos essenciais dos tipos médios de contratadores da época podemos conhecer algumas qualidades desse primeiro morador da Itapeverica, certamente uma pessoa corajosa, bem in-

formada e experiente sobre as coisas do sertão (rios, montanhas, passagens possíveis, atalhos, aldeias, povoados), sem o que não arrumaria trabalho em parte alguma, nem teria a competência real para arrematar uma concessão oficial. Outro elemento importante do seu perfil (de batedor, de sertanista experiente) era sua maneira de lidar com “*o rigoroso trabalho*” que davam “*os selvagens*” candidés, com os quais deveria manter estreito relacionamento para sobreviver na Itapeverica. Seu *rancho de alojamento* era dividido com alguns escravos e lavradores e os viajantes. Com a chegada de novos moradores, introduzidos pelo capitão-de-entradas Francisco de Araújo e Sá (seu sócio nos contratos da *passagem*) e pelo sargento-mor Gabriel da Silva Pereira (que se tornara compadre de Francisco), Tomás melhorou a sua pousada, transformando o lugar numa bela *paragem* na encosta do morro.

Tomás teve na Itapeverica o seu refúgio, o lugar escolhido para estabelecer-se como contratador real e descansar da desgastante vida de explorador do sertão. Devoto de São Francisco de Paula e identificado com o seu modo de vida, colaborou bas-

tante na manutenção da paz entre os moradores e os *candidés*, principalmente depois da investida da expedição de Bartolomeu Bueno do Prado (1751), que dizimou centenas de negros e índios, destruindo também seus mocambos e aldeias, colocando os selvagens, a partir de então, em estado de guerra constante, o que fica bem ilustrado por Capistrano de Abreu (*Capítulos da História Colonial*):

“... Nesta monotonia trágica os *caiapós* introduziram (...) uma

novidade: a de nos cercar de fogo quando nos acham nos campos, a fim de que impedida a fuga nos abrasemos: este risco evitam já alguns lançando-lhe contrafogo, ou arrancando o capim para que não se lhe comuniquem as suas chamas; outros se untam com mel de pau, embrulhados em folhas ou cobertos de carvão, por troncos verdes ou paus queimados’...”

Deve ter falecido em 1765, deixando sua morada e suas terras aban-

donadas, propiciando ao seu possível parente Manoel Fernandes Teixeira assenhorear-se delas, retificar a morada de casas e negociar o resto, cuidando para que um capão de mato fosse destinado à *capella*. Possivelmente foi enterrado no mesmo lugar onde dois anos mais tarde iniciou-se construção da capela e do adro, numa iniciativa do fazendeiro João Pimenta Ferreira que decidiu levar adiante a antiga aspiração de Tomás, de transformar a paragem num povoado.

João Pimenta Ferreira

– uma capela construída por 50 moradores do sertão

Não há muito sobre a história do sertanista João Pimenta Ferreira, porque são poucos os documentos que restaram de sua vida, deixando entrever apenas alguns fatos marcantes. Na abertura da Picada de Goiás (1736), a Câmara de Pitangui tomou algumas providências para que o seu Termo não fosse invadido pelos bandeirantes e sertanistas de São João del-Rey, e incentivou a ocupação do seu território através de concessões de sesmarias e abertura de caminhos, que comunicassem o sertão com a vila. Foi nessa época que o jovem sertanista de Pitangui, João Pimenta Ferreira e sua família, dezenas de escravos e lavradores se estabeleceram no local denominado *Fazenda da Mata*

(Mata dos Coqueiros, hoje), onde morou durante alguns anos até procurar os benefícios de um lugar maior. Talvez a falta de conforto, a insegurança do sertão, as doenças endêmicas e o envelhecimento precoce, ocasionados pela vida perigosa do sertão, levaram João Pimenta Ferreira a comprar uma fazenda em Onça do Rio São João Acima (Onça do Pitangui, hoje) e mudar-se para lá com sua família, em 1759, intranquilo com as investidas dos selvagens.

Pessoa de grande desenvoltura nos meios oficiais, João era respeitado por sua disposição, coragem e capacidade de locomoção, num território em que ainda não havia trilhas de cavalos ou de mulas. A jul-

gar pelos atos da fundação do arraial, iniciados em 1766, após a morte de Tomás Teixeira – para o que teve de visitar, uma por uma, e mais de uma vez, as cinquenta famílias que viviam no Sertão – era um líder incontestado, pessoa de confiança, ilustrado, católico praticante, que honrava seus compromissos e que era respeitado por isso. Nas suas primeiras visitas aos cinquenta moradores, que se concentravam nas cercanias do rio Pará (até Cajuru) e da Serra Negra, ele recolhia assinaturas num “rol” de apoio ao seu projeto de construir uma capela, que pudesse acolher os visitantes, realizar os ofícios religiosos e ser um ponto de referência no sertão.

Em seguida, vamos vê-lo a caminho de Mariana (distante 40 léguas), enfrentando toda sorte de perigos e enchentes, para requerer a provisão (licença) da construção do templo e do adro, concedida em 13 de janeiro de 1767. Ao voltar para a Fazenda da Mata, provavelmente na semana seguinte, tratou de organizar novas visitas aos moradores, animado com a possibilidade de elevar a capela (a ser construída) à condição de curato, para o que deveria contar com a contribuição financeira de cada família. Com o passar dos meses, a capela começava a despontar no alto,

entusiasmando os moradores mais próximos, que se reuniam frequentemente na *paragem* para auxiliar nas obras e trocar produtos, informações e experiências.

Em 24 de março de 1770, um sábado, João Pimenta Ferreira e Manoel Fernandes Teixeira voltam a Mariana, para fazer uma doação de 40 alqueires de matos devolutos e de uma morada de casas térreas cobertas de telhas à capela recém-construída. Devem ter ficado em Mariana até a quinta 29 seguinte, depois que a provisão de curato foi publicada na Câmara e sancionada pelo Bispo Ordinário.

Não se encontrou mais nada sobre este João Pimenta Ferreira, mas depura-se que ao dar à capela do Divino Espírito Santo e São Francisco de Paula o *status* de curato, ele tenha voltado à *paragem* da Itapecerica para comunicar aos moradores o fato tão esperado. O curato, além das práticas religiosas, representava meio regular de entrar em contato com padres e missionários, sempre portadores de novidades e conhecimentos especializados de saúde, burocracia oficial/religiosa, agricultura e direito.

Manoel Fernandes Teixeira

– *doação de terras devolutas em prol do arraial*

Manoel Fernandes Teixeira foi um bandeirante dos mais ativos e audazes do final do período colonial, representando bem o tipo médio do sertanista, nascido na nova capitania de Minas, constituída em 1720. Reunindo-se as informações acumuladas através dos tempos e o que restou de 23 documentos envolvendo sua pessoa, pode-se fazer uma abstração de seu perfil público.

A primeira vez que se viu falar dele foi em São João del-Rey, quando se integrou aos sertanistas de Matias Barbosa da Silva, contudo decidindo participar da bandeira de Domingos de Brito, de Pitangui, que

abriu a picada de Pitangui a Paracatu, também em 1736, em cujos alvarás são identificados os principais sócios da bandeira. Provavelmente tinha pouco mais de 20 anos.

Em 1738, aparece o registro de uma sesmaria em seu nome, marcando a data de seu estabelecimento, nas cabeceiras do rio Paranaíba (hoje, Patos de Minas), levando para lá sua primeira mulher, de nome desconhecido, com a qual teve quatro filhos. Com a morte da esposa, e em dificuldades para criar os filhos menores, vendeu suas terras (Cod. 42, fl. 113. APM) e comprou uma casa em Pitangui, casando-se em seguida com Ma-

ria Alves Ferreira, natural de Onça do Pitangui, com a qual teve oito filhos. Era ela uma das filhas de João Pimenta Ferreira.

No Arquivo Público de Pitangui existem duas dezenas de documentos relacionados a Manoel Fernandes (“*Friz*”) Teixeira, em sua maioria, ações judiciais de cobrança de dívidas, ora na condição de credor e ora na de devedor, o que demonstra que, à época (por algum motivo... doença... deficiência adquirida... não se sabe, ao certo) havia deixado de ser explorador do sertão. Tornara-se um negociante em sérias dificuldades financeiras (isso em 1768-69).

As dificuldades para manter sua família e honrar os compromissos ficaram explícitas na impossibilidade de saldar um título de dívida de 200 mil réis (que não era muito dinheiro), em favor de Miguel Gonçalves da Costa, que teve de parcelar em oito prestações, com aval do sogro João Pimenta Ferreira. (Arquivo Público de Pitangui).

No ano de 1765, ao falecer Tomás Teixeira, a antiga pousada ficava vazia e sua sesmaria abandonada, passando à condição de *terras devolutas*, o que permitiria ao sertanista, esperados os cinco anos, como mandava a lei, assenhorear-se delas. Isso ocorreu com a ajuda do capitão-de-entradas Francisco de Araújo e Sá (sócio de Tomás) e do sogro João Pimenta Ferreira, que apoiavam a venda de algumas partes para povoamento da região (e também como uma solução financeira para o genro!). Não foi posse tranqüila, ainda que *justa*, pois os fazendeiros confrontantes obrigaram-no a reservar um capão de mato de aproximadamente 40 alqueires para patrimônio da capela, antes de concordarem com a divisão das terras. E assim foi feito, ao final de 1769, quando se mudou para a *paragem*.

Em 1770, depois de conseguida a elevação da capela à condição de

curato, Manoel realmente vendeu meia légua quadrada de terras ao fazendeiro Antônio Mendes (Cod. 172, fl. 93. APM) e ao Pe. Francisco Palhano (Cod. 42, fl. 113. APM), destinando outras áreas a novos moradores, inclusive reservando um sítio a seu filho homônimo Manoel Fernandes Teixeira, então com três anos de idade aproximadamente. Curiosamente, não registrou em seu nome nenhuma fazenda ou sesmaria, vendeu tudo, o que pode ser percebido pelo inventário realizado por Januário Rodrigues de Azevedo, após sua morte, que deve ter ocorrido entre 1777 e 1782.

Morreu com pouco mais de 50 anos de idade, dentro da expectativa de vida da época, deixando numerosa prole na região (quatro filhos do primeiro casamento e oito do segundo). Do espólio constavam apenas um escravo (no valor de 5 mil réis), um moinho d'água (no valor de 38.500 réis) e 16 carneiros (no valor de 9.600 réis). Dívida só havia uma, que foi paga ao vigário de Pitangui Domingos Soares Brandão (22 oitavas de ouro) em 1783, em decorrência de um empréstimo. (Lázaro Barreto, *Memorial de Divinópolis*, 1992).

A julgar pelo formato da letra, Manoel tinha um pouco de estu-

do, era sonhador e aventureiro em um país desconhecido e selvagem. Sempre bordava sua letra inicial *M* nos documentos que assinava – por extenso, tinha o sobrenome Fernandes reduzido a “*Friz*” e o sobrenome Teixeira grafado com um filigrana composto com o “a” final. Pela convenção portuguesa da época, indicava tratar-se de um descendente de tradicional família de sertanistas, no caso os Teixeira(s), da qual pertencia Tomás Teixeira(s), conhecido e respeitado sertanista-batedor, que acompanhou o Cel. Matias Barbosa da Silva, na abertura da Picada de Goiás, em 1736, e se estabeleceu na passagem da Itapecerica. As assinaturas destes Teixeira(s) trazem os mesmos grafismos, sinalizando uma familiaridade com Pedro Teixeira(s), primeiro desbravador da Amazônia, no século XVII, e com outro Manuel Fernandes Teixeira(s), mencionado no “Dicionário dos Bandeirantes e Sertanistas”, de Francisco de Assis Carvalho, dando conta de que, em 1680, estivera na Capitania Baiana, a serviço de expedições contra índios, no sertão do Rio Capibaribe, onde ergueu fortificações. (*Apud* LÁZARO BARRETO, *Memorial de Divinópolis*, 1992)

Ainda sobre os primeiros moradores, registra-se que a região foi primeiramente povoada por Francisco de Araújo e Sá (1754), que era capitão de entradas. Ele era compadre do sargento-mor Gabriel da Silva Pereira (morador do Pará Acima) e sócio de Tomás Teixeira na *passagem da Itapecerica*.

Num documento de 1780, transcrito pelo Cônego Trindade (*Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*, pág. 226), onde se registra depoimentos sobre os limites da Vila Pitangui e a antiguidade do povoamento da região, Francisco de Araújo e Sá, confirma que os moradores “*sempre foram súditos às justiças desta Vila...*”





NOTAS SUPLEMENTARES

(E OUTRAS REFERÊNCIAS PARA A HISTÓRIA DE DIVINÓPOLIS)

3. CAMINHOS DA PICADA

O caminho inicial, aberto por Matias Barbosa da Silva, passava por Oliveira, descia margeando o ribeirão Boa Vista (Carmo da Mata), encontrava o rio Itapecerica, descendo até a passagem (Divinópolis), seguindo em linha pela Serra Negra (São Sebastião do Oeste) e depois pela Piraquara do São Francisco (Iguatama). Com a descoberta do ouro no Tamanduá (1739), este trecho original da picada foi remarcado por um atalho para passar por Candeias e a 6 quilômetros abaixo de outra passagem do São Francisco (após 1744), próximo à barra do rio Bambui (Cod. 59. fl. 4; Cod. 57. fl. 38. APM). Um terceiro caminho entrava por Candeias, mas, depois do São Francisco, tomava outros rumos, desviando-se do forte do Quilombo do Ambrósio (Tengo-Tengo), no extremo oeste mineiro (São Gotardo-Ibiá), numa rota de contrabando de diamantes do Abaeté e ouro de Goiás, que descia para São Paulo.

5. FUGITIVOS DE PITANGUI

Também é possível que os primeiros entrantes sejam mesmos alguns fugitivos, mas de Pitangui, pois em 1715, os aliados de Domingos Rodrigues do Prado agitavam aquela Vila e criavam problemas para o governo da Capitania de São Paulo e das Minas do Ouro, não permitindo que os reinóis viessem explorar a região que eles haviam conquistado e mantido. Nesse ano, ocorreram violentos combates pela posse do ouro do ribeirão São João, quando soldados Dragões do Sabará e de São Paulo atacaram e mataram dezenas de militantes anti-embobas (perto da capela de Conceição do Pará), forçando o restante a fugir pelo despovoado sertão do rio Pará acima, sem se estabelecerem definitivamente na região. Pitangui ficou famosa por sua resistência aos reinóis, ao início do século XVIII, chegando a ser conhecida por *Vila Turbulenta*. Quatro conflitos graves ocorreram

nesta Vila, onde centenas de pessoas morreram em luta contra a exploração portuguesa. Entre os revoltosos estavam parentes próximos dos primeiros bandeirantes (Borba Gato, Anhanguera, Fernão Dias, Mateus Leme etc.) que tinham fazendas nas vizinhanças de Pitangui e podem ser considerados os fundadores do arraial, que se tornou a sexta vila de Minas (1715).

Com o passar dos anos, Pitangui passou a ser conhecida por Velha Serrana e respeitada pelo tamanho de seu termo, que abrangia vasta região do Alto São Francisco.

7. DISPUTAS POR TERRAS MINERAIS

A criação do termo de São José del-Rey provocou uma revisão nos domínios territoriais das primeiras vilas, fomentando uma longa disputa com Pitangui, que não reconhecia as divisas propostas pela Câmara de São José. A partir

de 1775, os conflitos em vários pontos das fronteiras dos dois termos voltaram a acontecer com dezenas de mortes e desrespeito às autoridades de ambos os lados. Os locais mais visados eram a *Passagem e a Serra Negra da Itapecerica* (Divinópolis e São Sebastião do Oeste), pontos estratégicos nas demarcações, representando um aumento considerável no território de São José del-Rey. Durante mais de 15 anos essa situação foi um “desassossego” na vida dos habitantes da região.

9. HISTÓRIA DAS BANDEIRAS

Segundo Capistrano de Abreu,

“... Faltaram documentos para escrever a história das bandeiras, aliás sempre a mesma: homens munidos de armas de fogo atacam selvagens que se defendem com arco e flecha; à primeira investida morrem muitos dos



assaltados e logo desmaia- lhes a coragem; os restantes, amarrados, são conduzidos ao povoado e distribuídos segundo as condições em que se organizou a bandeira.”

10. CONTRATADOR DA PASSAGEM

Passagem também servia para designar uma referência oficial de um caminho ou de um trecho, mantido e explorado por um *contratador* ou *administrador de contratos* – uma espécie de *pedágio*. Na região, tem-se notícia de *contratador* na Itapeperica, na *Piraquara* (hoje Iguatama), na Serra Negra (hoje município de São Sebastião do Oeste) e no Calhau de Cima (rio Pará, Cajuru), no caminho da “Casa da Mueda”, de Inácio de Souza, próximo a Itatiaiaçu (um entroncamento de caminhos do Tamanduá, Mariana, Sabará, Pitanqui, São José, São João etc.)

Entre os tipos de contratos mais comuns desse período, que geravam impostos para a fazenda real e comissões para o *contratador*, segundo uma “Táboa” de 1758, encontravam-se a própria *passagem* do rio, a *permissão* para entradas e exploração etc. A cada três anos, mediante pagamento de emolumento (algo em torno de 180\$000 reis), o *contratador* renovava sua licença (por *arrematação*: uma espécie de *licitação* ou *concorrência*) para explorar o lugar.

12. JORNADA PELO SERTÃO

Ao tempo da abertura da *Picada*, uma *jornada* diária no mato cobria aprox. 25 quilômetros – a distância média de uma *pousada* a outra no sertão: *pousada* em torno da qual surgia uma *capela* com uma área de mato que, invariavelmente, daria lugar a um *arraial* ou *vila*, pois o regime de terras admitia que qualquer agricultor, *sertanista* ou *aventureiro* com capacidade para trabalhar e algum conhecimento da burocracia oficial pudesse ter a *posse justa* de terras devolutas, assenhoreando-se de áreas não utilizadas, abandonadas ou não cultivadas. Foi o que constatou com muita propriedade o historiador Waldemar de Almeida Barbosa – que percorreu com profundidade todo o acervo do Arquivo Público Mineiro e outras fontes para construir seu *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, publicado em 1971 (BH).

13. A POSSE DE TERRAS DEVOLUTAS: CONSTITUIÇÃO DO PATRIMÔNIO DA CAPELA

O regime de terras que orientou a ocupação do solo brasileiro sofreu mudanças bruscas após 1695, quando as *sesmarias* evoluíram do velho conceito das Ordenações Manuelinas e Filipinas e passaram a ter um novo regramento jurídico. Anteriormente, as terras eram de domínio (propriedade) do Rei e estavam sob jurisdição eclesiástica da Ordem de Cristo: aos *sesmeiros* cabia o domínio da terra para ser *lavrada* ou *cultivada* em troca do pagamento de uma *pensão* à

Coroa, permitindo-se todavia o *apossamento* por outrem se a *sesmaria* estivesse *inculta* ou “*desleixada*” por mais de dois anos.

Ao início do século XVIII, a ocupação de terras, inspirada no velho Regimento de Tomé de Souza (primeiro governador-geral do Brasil, 1548), passou a ser feita através de *posse justa* (pacífica e formal) ou da *concessão* de *sesmarias* (com o pagamento de *dízimo* à igreja), dadas aos *fazendeiros* e *exploradores* que tinham famílias mais numerosas, possuíam quantidade de gados, escravos, *plantações* e outros como *casas* e *fazendas*, enfim, aos “*senhores de muitos teres*”.

Ao tempo da *Picada* de Goiás (1736-1790), segundo Ruy Cirne Lima, estudioso, pesquisador e um dos poucos *civilistas* a tratar do assunto (*Terras Devolutas*, Porto Alegre: Globo, 1935:39), predominava o espírito *dominialista*, isto é, as *concessões* passaram a ser meramente “*concessões administrativas* sobre o domínio público”, com regras e normas isoladas, porém com “*unidade de fundo*”, cuja *consolidação* se deu com o Alvará de 5 de outubro de 1795. A extensão das *sesmarias* não podia exceder, no máximo, de três léguas, dentro das quais havia a *obrigatoriedade* de se dar caminhos públicos e particulares para fontes, portos, pontes e *pedreiras*.

Um Alvará de 3 de março de 1770, que vigorava na *Capitania* de Minas, também mencionado por Cirne Lima, facilitava o processo de

concessão de *sesmarias*, entretanto, com um grande prejuízo para os *homens rústicos* e *pobres*, que *vagavam* de um lugar a outro ainda sem poder se estabelecer permanentemente:

“...Neste regime latifundiário, porém, em que o cultivador independente, o lavrador livre é economicamente asfixiado, vê-se, então, o apossamento pelos colonos dos tratos de terreno, deixados entre os limites das grandes propriedades, e assiste-se a migração dos mais audazes, para as paragens distantes dos núcleos de povoamento, em demanda de terras que, de tão remotas, ao senhor de fazendas lhe não valha ainda a pena requerer de sesmaria”.

Quando Manuel Fernandes Teixeira assenhoreou-se das terras devolutas e das *casas* da *paragem*, vigorava a Ordem Régia de 11 de março 1754, que estabelecia os critérios (condições) e “*cauteladas*” para os *sesmeiros* manterem suas terras, entre as quais se destacam: • *a sesmaria deveria ser contínua, sem interpolação de terras, reforçando disposição da Provisão de 13 de abril de 1738*; • *não alcançar áreas proibidas*; • *a demarcação do lugar fosse confirmada judicialmente dentro de um ano, com citação dos confrontantes*; • *o sesmeiro, dentro de dois anos ficava obrigado a povoar a terra requerida*; • *a medição não compreenderia um quarto de légua em torno do arraial ou*



da capela curada; • *respeitar os sítios dos vizinhos, suas vertentes e logradouros, inclusive as sobras;* • *reserva de terras para servidão existente ou futura e repartição das terras minerais;* • **conservação de certa porção de mato: na extremidade da área recebida, cerca de 200 palmos de área, e junto dos rios e córregos a décima parte;** • *na sesmaria não se sucediam as religiões, igrejas e eclesiásticos que não pagassem dízimos e direitos;* • **a sesmaria receberia a confirmação 'da graça de Sua Majestade' dentro de quatro anos depois de concedida etc. etc.** (GERALDO FONSECA, em *Origens da Nova Força de Minas: Belim apud DIOMAR, OSWALDO, em História de Carmo do Cajuru*, 1992)

Em 11 de março de 1754 foi dada uma nova Ordem Régia, confirmando a Ordem de 1738 e acrescentando que *as margens dos rios navegáveis ficariam reservadas para uso público, ficando uma delas (meia légua de extensão) livre para a comodidade do povo e para uso dos arrendatários de passagens.*

No Rio de Janeiro, ao tempo da Independência, circulou um livro de memórias que revelava a situação crítica do regime de terras da Colônia e antevia o seu fim (o que ocorreu em 17 de julho de 1822). A título de curiosidade vale ressaltar os tristes resultados das sesmarias, segundo esse anônimo autor:

"... 1ª. Nossa população he quasi nada, em comparação da immensidade de terreno que occupamos há trez seculos.

"2ª. As terras estão quase todas repartidas, e poucas ha a destrubuir, que não estejam sujeitas a invasões de índios.

"3ª. Os abarcadores possuem até 20 léguas de terreno, e raras vezes consentem a alguma familia estabelecer-se em alguma parte de suas terras, e mesmo quando consentem, he sempre temporariamente e nunca por ajuste, que deixe ficar a família por alguns anos.

"4ª. Há muitas familias pobres, vagando de lugar em lugar, segundo o favor e capricho dos proprietários de terras, e sempre faltas de meios de obeter algum terreno em que fação hum estabelecimento permanente.

"5ª. Nossa agricultura está em o maior atrazo, e desalento, a que ella pode reduzir-se entre qualquer povo agrícola, ainda o menos avançado em civilização."

(Memórias economopolíticas sobre a Administração Pública do Brasil, compostas no Rio Grande de São Pedro do Sul e offerecidas aos Deputados do mesmo Brasil, por hum portuguez, residente no Brasil, ha 16 anos; que professa viver só do seu trabalho, e deseja o bem da Nação, ainda com preferencia ao seu próprio. Rio de Janeiro, 1822, Quarta Memória, cap. VII, §§59 a 62, pp. 19 e 20 *apud* Cirne Lima)

15. PRIMEIROS MORADORES DO SERTÃO DOS RIOS ITAPECERICA E PARÁ

A relação de LÁZARO BARRETO (*Memorial de Divinópolis*, 1992), foi comparada com material do Arquivo Público Mineiro, Instituto Histórico de Pitangui e Museu Eclesiástico de Mariana. Com essas indicações pode-se chegar um esboço geográfico da ocupação de terras na região da Itapeçerica. Era assim:

- doze famílias, próximas às principais cachoeiras do rio Pará (desde São Gonçalo do Pará Acima até a Cachoeira Grande do Cajuru (hoje barragem): Francisco Dias dos Reis, Manoel Lopes Ribeiro, Florêncio Ferreira, Antônio Coelho Ribeiro, Francisco de Zaia, **sargento-mor Gabriel da Silva Pereira**, Gualter Moreira de Oliveira, José Martins Alves, Bento da Costa de Oliveira, capitão-mor Francisco da Costa Ribeiro, padre José Gomes, Manoel Soares Silva e Bento João de Araújo;

- nove famílias nas vizinhanças da Serra Negra da Itapeçerica, povoado que se formava nas proximidades do território dos Caiapó-canditeá, onde eram fazendeiros: **capitão-de-entradas Francisco de Araújo e Sá**, Manoel Pinto Caldeira, José Rodrigues de Lima, Estevão de Arantes, João Borges, Manoel Teixeira, João Soares de Meira, Vicente Pinto Cardoso e Manoel Álvares, cujas fazendas confrontavam as terras de **Tomás Teixeira**, na *Itapeçerica*.

COSTUMES SERTANEJOS – O historiador Capistrano de Abreu (*Capítulos da História Colonial*),

que estudou o modo de vida na capitania de Minas, assim descreveu os costumes no Ciclo do Ouro, apelidado de *"época do couro"*, e que bem pode dar ilustração de como se vivia:

"... Os primeiros ocupadores do sertão passaram vida bem apertada; não eram os donos das sesmarias, mas escravos ou prepostos. Carne e leite havia em abundância, mas isto apenas. A farinha, único alimento em que o povo tem confiança, faltou-lhes a princípio por julgarem imprópria a terra à plantação da mandioca, não por defeito do solo, pela falta de chuva durante a maior parte do ano. O milho, a não ser verde, afugentava pelo penoso do preparo naqueles distritos estranhos ao uso do monjolo. As frutas mais silvestres, asqualidades de mel menos saborosas eram devoradas com avidez. Pode-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a época do couro. De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforge para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as broacas e surrões, a



roupa de entrar no mato, os banguês para cortume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz."

19. TRANSLITERAÇÃO DA SÚPLICA

A Súplica de João Pimenta Ferreira, (Arquivos Eclesiásticos de Mariana, Livro de Provisões e Licenças, cujas cópias existem no Museu Histórico de Divinópolis e na Câmara Municipal de Divinópolis), foi feita em uma folha e meia, manuscrita, na qual, em nome de vários interessados, pede provisão, expondo os motivos, os problemas vividos, o apoio recebido e os benefícios que adviriam... No documento, cuja leitura ficou um pouco prejudicada pela deterioração do papel, pode-se ainda ler:

"Diz João Pimenta Ferreira, e os mais moradores e habitantes no Sertão do Rio Itapecerica, que (serão) ao presente sincoenta fogos, da freguezia da Villa de Pitangui, e distantes desta os demais perto de dez legoas e os mau caminhos com as passagens de dois Rios invasiáveis como é o Parã e o Itapecerica: por cuja vazão não podem socorrer com os Sacramentos ao seu Párocho, quando algum pode socorrer e (ser) socorrido a tempo, e tem

falecido sem sacramentos as p (essoas) ao rol junto, (ou) sepultas em (...) semitério aonde servem de sustento dos bichos do mato: e os que podem (...) vão ao distrito da freguesia de São Bento do Tamanduá (com temor) do rigoroso trabalho de os selvagens pagãos (...). Algumas vezes, (...) aonde se enterrão, e outra na sua (... da) Guaxyma, os suplicantes[ent]ão buscam estes a sua custa, só no rigor da seca, que (como acontece sempre) podem vir algumas pessoas à sua Matriz e por menores ou maiores obrigassões a maior parte que não pode tem vivido nesta outra (...) e que tem padecido (com o perigo) e falecido sem sacramentos os cristãos do rol (de) os suplicantes (visitados) a si próprios para fazer sua capela na paragem chamada Itapecerica próxima (...) do rio de mesmo nome, conveniente a todos desta parte e aos (mais moradores) do Sertão tem apoiado, e vão apoiá-o este respeito e notoria (disposição) a edificarem sua capella com invocação do Divino Espírito Santo e São Francisco de Paula."

23. A PROVISÃO

O despacho do Ordinário do Bispado de Mariana, de 13 de janeiro de 1767 – posto não haver

bispo nessa época, dizia, simplesmente:

"Liber Originun a capella da Itapecerica com a invocação do Divino Espírito Santo e São Francisco de Paula, na paragem sita, mais comoda aos habitantes do (sertão) a depois de construída e acabada, e paramentada com os paramentos necessário que se adquirirão para a (receber) as visitas e benzer para nela se celebrar o santo sacrifício da Missa e administrar os Sacramentos, fazendo-lhe por patrimônio (o que foi escrito). Mariana, 13 de janeiro de 1767."

25. PREÇOS DO SÉCULO XVIII

Uma idéia bem ilustrativa dos valores e das moedas correntes no Brasil Colonial foi dada por Capistrano de Abreu, em sua obra essencial *Capítulos da História Colonial*:

"... Ainda uma década depois dos primeiros descobertos, custava um boi cem oitavas, a mão de sessenta espigas de milho trinta oitavas, um alqueire de farinha de mandioca quarenta oitavas, uma galinha três ou quatro oitavas, um barrilote de aguardente, carga de um escravo, cem oitavas, um barrilote de vinho, carga de um escravo, duzentas oitavas, um barrilote de azeite duas libras (libra = 128 oitavas)."

26. O PATRIMÔNIO DA CAPELA

Uma construção semelhante as muitas que se ergueram no Termo de Pitangui: templo pequeno, pouco maior que as ermidas, sem torres, voltado para o poente, acrescido de uma pequena sala atrás, destinada à sacristia, e adro. A escritura de doação do patrimônio da capela, passada em 24 de março de 1770, é bastante conhecida, e para sua formalização, perante a Cúria Diocesana de Mariana, foram pagos "os 18 mil reis requeridos pelo promotor".

Aspecto a ser mencionado, e que tem escapado aos nossos historiadores, vem ressaltado por Cirne Lima (ob. cit.):

"Apoderar-se de terras devolutas e cultivá-las tornou-se cousa corrente entre os nossos colonizadores (...) considerada comomodo legítimo de aquisição de domínio".

E foi sob esse regime paralelo de aquisição de terras (por assenhoreamento – conforme as "cauteladas" da Ordem Régia de 11 de março de 1754, que determinava o registro obrigatório na Câmara de Pitangui) que se ampliou o patrimônio da capela da Itapecerica. No processo de doação, em Cartório de Mariana, entre outros comprovantes, foi apresentado esse registro prévio do apossamento, do qual constava as divisas das terras assenhoreadas, os confrontantes e a devida comprovação de estarem abandonadas – expediente mínimo necessário para se vender,



"transpassar"ou doar algum bem imóvel. O terreno doado, onde hoje se ergue o centro de Divinópolis, objeto da planta de 1912, foi o motivo das disputas de fronteiras ocorridas de 1772 a 1790, entre Pitangui e São José del-Rey/ Tamanduá.

29. CAPELÕES DA ITAPECERICA

O historiador Pedro X Gontijo (*História de Divinópolis, 1962*) reproduz uma lista de capelões, que lhe foi preparada por Frei Braz, vigário de Divinópolis, em 14/11/ 1935, depois de pesquisar assentos de batizados e de óbitos da paróquia. A seguir, os capelões até 1830, quando a capela foi destruída por estrepitoso incêndio:

"...Padres: José Carvalho Trindade (...), Manoel de Freitas, (1803), José Rodrigues (1808), Gabriel João da Silva (1812 a 1825), Francisco Ferreira Torres (1819), Francisco Assis Ferreira (1813 a 1824), Manoel Ascídio da Cunha Alvarenga (1817 a 1822),

Teodoro Justino Faria (1818 a 1832), Francisco Martins da Silva (1820 a 1824), Antônio Francisco Morato (1824 a 1826), Manoel Sertório Faria (1824 a 1829), Antônio Joaquim Gonçalves de Souza (1821 e 1822), Francisco Rabelo (1831)."

30. CONFERÊNCIA SOBRE LIMITES TERRITORIAIS

Sobre a importância estratégica do arraial na demarcação de terras para criação da Vila de São Bento do Tamanduá, a leitura de duas cartas escritas à D. Maria I, uma pela Câmara de Pitangui e outra pela Câmara de São José del-Rey, fornece os elementos mais ilustrativos.

Numa carta de D. Maria I, de 1779, endereçada à Câmara de São José del-Rey, dá ciência de uma correspondência escrita em 31 de dezembro de 1775, pela Câmara de Pitangui, que relata a intromissão dos oficiais de São José, em 1772:

"... de entrareis com mam armada nas referidas terras

com ignominia grande prender em Itapessericca o Juiz da Ventena José Ribeiro Valdoz e a Francisco Ferreira Fontes Almotacé espancando-os ferindo-os maltratando-os juizando-os aos pés de Negros e Mulatos arrancando-lhes as varas e lançando-os com desprezo de palavras..."

Em 10 de janeiro de 1783 há uma Ordem Régia que confirma a Itapecerica no termo de Pitangui, porque as pessoas do lugar sempre estiveram ligadas àquela Vila, entretanto, este fato não é suficiente para apaziguar os ânimos e novos conflitos surgem. (Ver nota 7, à pág. 57)

Nos dias 18, 19 e 20 de setembro de 1790, houve no arraial da Itapecerica uma Conferência entre os procuradores das Câmara de Pitangui e São José del-Rey, o que, finalmente, propiciou um pouco de sossego e oportunidades para novos moradores, que acorriam principalmente de São João del-Rey e do Tamanduá, tendo em vista que as terras dos índios estavam livres para serem ocupados, conforme já

se começara a fazer depois de 1782. A Itapecerica se transformara de freguesia em distrito.

Ficaram mantidas assim as divisas de Pitangui, constituídas de um ponto na Serra dos Lemes (Mateus Lemes), no Calhau de Cima (porto antigo do Pará, Cajuru), outro na Serra Negra da Itapecerica (S. Sebastião do Oeste), outro na foz do rio Bambuí (no São Francisco): a Itapecerica ficava nesse perímetro.

A demarcação pretendida por São José del-Rey era a mesma até o Calhau de Cima. Do "porto antigo do Pará", haveria um grande acréscimo de terras, cujas divisas, em linha reta, incluíam a passagem da Itapecerica; depois, ainda em reta, o porto antigo da Piraquara (passagem de Iguatama). Pitangui perderia a Itapecerica, a Serra Negra, o domínio do vale do rio Lambari, grande parte do rio Pará, além de regiões produtivas de ouro e de gado *vacum* da margem direita do São Francisco.



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
MINAS GERAIS

A
PROVA
9

DOCUMENTOS

FIM DA SEGUNDA PARTE

LUMEN 

O TEMPO, O LUGAR, AS PESSOAS
2002